

nas existentes, participar na reorganização de cursos ou programas de estudos existentes, etc.), bem como para realizar projetos com impacto no processo de ensino/aprendizagem.

2.2 — Material pedagógico produzido: 15 %.

Na avaliação deste parâmetro avalia-se a qualidade e quantidade do material pedagógico produzido pelo candidato, bem como as publicações de índole pedagógica em revistas ou conferências internacionais de prestígio.

2.3 — Atividade letiva: 10 %.

Avalia a atividade letiva realizada pelo candidato, sempre que possível, baseada em métodos de avaliação pedagógicos objetivos.

VIII — O júri tem a seguinte composição:

Presidente: Prof. Doutor Jorge Manuel Moreira Gonçalves, Vice-Reitor da Universidade do Porto.

Vogais:

Prof. Doutor António Emílio Peixoto Vasconcelos Tavares, Professor Catedrático da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade de Lisboa;

Prof. Doutor Luís Miguel Pires Lopes, Professor Catedrático da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade de Lisboa;

Prof. Doutor João Manuel Mendes Caramês, Professor Catedrático da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade de Lisboa;

Prof. Doutor Fernando Jorge Morais Branco, Professor Catedrático aposentado da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade do Porto;

Prof. Doutor João Carlos Antunes Sampaio Fernandes, Professor Catedrático da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade do Porto.

IX — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

15 de abril de 2013. — O Vice-Reitor, *Prof. Doutor Jorge Manuel Moreira Gonçalves*.

206894976

Edital n.º 389/2013

Doutor Jorge Manuel Moreira Gonçalves, Professor Catedrático da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto, Vice-Reitor da mesma Universidade:

Faço saber que, por meu despacho de 14 de março de 2013, no uso de competência delegada por despacho publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 203 de 19 de outubro de 2010, pelo prazo de cinquenta dias úteis a contar do dia imediato ao da publicação do presente edital no *Diário da República*, se abre concurso documental para um Professor Catedrático para a Área Disciplinar de Medicina Dentária da Faculdade de Medicina Dentária desta Universidade.

I — As disposições legais aplicáveis são as seguintes:

1 — Artigos 37.º a 51.º e 62.º-A, do Estatuto da Carreira Docente Universitária, republicado pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto, e alterado pela Lei n.º 8/2010, de 13 de maio; Regulamento dos Concursos para Recrutamento de Professores Catedráticos, Associados e Auxiliares da Universidade do Porto — Despacho n.º 12913/2010, publicado no *Diário da República*, n.º 154, de 10 de agosto de 2010.

II — Ao concurso podem candidatar-se:

1 — Os titulares do grau de doutor há mais de cinco anos, que sejam detentores do título de agregado.

Caso o doutoramento tenha sido conferido por instituição de ensino superior estrangeira, o mesmo tem de ser reconhecido por instituição de ensino superior portuguesa, nos termos do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 341/2007, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 197, de 12 de outubro.

Esta formalidade tem de estar cumprida até à data do termo do prazo para a candidatura.

III — O processo de candidatura ao concurso é instruído com:

1 — Carta de candidatura em que os candidatos deverão indicar os seguintes elementos:

- Nome completo;
- Filiação;
- Número e data do bilhete de identidade e serviço que o emitiu;
- Data e localidade de nascimento;
- Estado civil;
- Profissão;
- Residência ou endereço de contacto;
- Telefone ou telemóvel de contacto;
- Endereço eletrónico de contacto.

2 — Documentos comprovativos do preenchimento das condições fixadas no n.º 1 do capítulo anterior, designadamente, a certidão de doutoramento e a certidão de agregação, exceto para os casos correspondentes à obtenção do grau de doutor ou do título de agregado na Universidade do Porto;

3 — Exemplares, em suporte digital e em duplicado (2CDs ou 2DVDs), dos seguintes documentos:

a) Currículo contendo todas as informações pertinentes para a avaliação da candidatura tendo em consideração os critérios de seleção e seriação constantes do capítulo VI do presente edital;

b) Trabalhos mencionados no currículo apresentado, podendo os candidatos destacar até dez dos que considerem mais representativos da atividade por si desenvolvida.

IV — As instruções para a apresentação da informação, em suporte digital, encontram-se disponíveis na área de Concursos de Pessoal do SIGARRA U.PORTO, no endereço http://sigarra.up.pt/up/web_base.gera_pagina?p_pagina=1004282.

V — A Reitoria comunicará aos candidatos o despacho de admissão ou não admissão administrativa ao concurso, o qual se baseará no preenchimento ou na falta de preenchimento, por parte daqueles, das condições estabelecidas no capítulo II -1 deste edital.

VI — Critérios de aprovação em mérito absoluto:

A admissão dos candidatos está condicionada à sua aprovação em mérito absoluto, a qual dependerá de serem detentores do grau de Doutor na área disciplinar de Medicina Dentária e possuírem um currículo cujo mérito o júri entenda revestir nível científico e pedagógico, capacidade de investigação e atividade desenvolvida compatíveis com a área disciplinar e categoria para que é aberto o concurso, em particular no domínio específico de Medicina Dentária Conservadora.

Considera-se aprovado em mérito absoluto o candidato que seja aprovado por maioria absoluta dos membros do júri votantes, em votação nominal justificada, onde não são admitidas abstenções.

VII — Critérios de seleção e seriação em mérito relativo e respetiva ponderação:

Uma vez identificados, em definitivo, os candidatos aprovados em mérito absoluto, passa-se à sua ordenação em mérito relativo, com base nos critérios de seriação, respetiva ponderação e sistema de valoração final, de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 50.º do ECDU e no artigo 14.º do Regulamento dos Concursos para Recrutamento de Professores Catedráticos, Associados e Auxiliares da Universidade do Porto, segundo os seguintes fatores:

1) Mérito Científico: 70 %

Na avaliação do mérito científico dos candidatos serão considerados e pontuados os seguintes parâmetros:

1.1 — Produção científica: 35 %

Qualidade e quantidade da produção científica (livros, artigos em revistas, comunicações em congressos) expressa pelo número e tipo de publicações, pelo reconhecimento que lhe é prestada pela comunidade científica (traduzido na qualidade dos locais de publicação e nas referências que lhe são feitas por outros autores) pela valorização económica dos resultados de investigação alcançados, em particular as patentes que originou e as empresas de *spinoff* para cuja criação tenha contribuído.

1.2 — Coordenação e realização de projetos científicos: 10 %

Qualidade e quantidade de projetos científicos em que participou e os resultados obtidos nos mesmos, dando relevância à coordenação de projetos; na avaliação da qualidade deve atender-se ao tipo de financiamento obtido para o projeto, isto é, se houve candidatura avaliada, às avaliações de que foram objeto os projetos realizados e aos protótipos concretizados, em particular se tiveram sequência em produtos ou serviços.

1.3 — Constituição de equipas científicas: 10 %

Capacidade para gerar e organizar equipas científicas e conduzir projetos de pós-graduação, realçando-se a orientação de alunos de doutoramento e mestrado.

1.4 — Intervenção na comunidade científica: 10 %

Capacidade de intervenção na comunidade científica, expressa através da organização de eventos, colaboração na edição de revistas, apresentação de palestras convidadas a nível internacional, participação em júris académicos fora da própria instituição, etc.

1.5 — Dinamização da atividade científica: 5 %

Capacidade de intervenção e dinamização da atividade científica da instituição a que pertence o candidato, nomeadamente, através da coordenação de órgãos de gestão científica.

2 — Mérito Pedagógico: 30 %

Na avaliação do mérito pedagógico dos candidatos serão considerados e pontuados os seguintes parâmetros:

2.1 — Realização de projetos pedagógicos: 20 %

Avalia-se a capacidade para coordenar e dinamizar novos projetos pedagógicos (ex: criação de novos programas de disciplinas, participação na criação de novos cursos ou programas de estudos, etc.), reformar ou melhorar projetos

existentes (ex: reformular programas de disciplinas existentes, participar na reorganização de cursos ou programas de estudos existentes, etc.), bem como para realizar projetos com impacto no processo de ensino/aprendizagem.

2.2 — Atividade letiva: 5 %

A avaliação deste item deve tomar em consideração:

2.2.1 — Produção pedagógica:

Na avaliação deste parâmetro aprecia-se o material pedagógico produzido pelo candidato, bem como as publicações ou conferências de índole pedagógica.

2.2.2 — Coordenação pedagógica:

Avalia-se a capacidade de intervenção na coordenação da atividade pedagógica da Instituição (nomeadamente através da prestação como regente e da participação em órgãos de gestão pedagógica).

2.2.3 — Divulgação de conhecimentos na comunidade:

Avalia-se a capacidade de criar e intervir em ações de formação fora da própria Instituição, incluindo a divulgação da ciência médica à comunidade.

2.3 — Atividade clínica relevante ou outra: 5 %

Avalia a competência clínica na área disciplinar e na especialidade em que o candidato exerce o ensino e investigação.

VIII — O júri tem a seguinte composição:

Presidente: Prof. Doutor Jorge Manuel Moreira Gonçalves, Vice-Reitor da Universidade do Porto.

Vogais:

Prof. Doutor Luís Miguel Pires Lopes, Professor Catedrático da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade de Lisboa;

Prof. Doutor João Manuel Mendes Caramês, Professor Catedrático da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade de Lisboa;

Prof.ª. Doutora Ana Paula Rosa Faria da Conceição Marques, Professora Catedrática da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade de Lisboa;

Prof. Doutor António Cabral Campos Felino, Professor Catedrático da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade do Porto;

Prof. Doutor Mário Jorge Rebolho Fernandes da Silva, Professor Catedrático da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade do Porto.

IX — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

15 de abril de 2013. — O Vice-Reitor, *Prof. Doutor Jorge Manuel Moreira Gonçalves*.

206894935

Faculdade de Medicina

Contrato (extrato) n.º 229/2013

Por despacho do diretor da Faculdade, de 6 de março de 2013, foi o Doutor Joaquim Jorge Gonçalves Ferreira, assistente, desta Faculdade, autorizado a celebrar contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, por um período experimental de 5 anos, como professor auxiliar, escalão 1, índice 195, com efeitos a partir de 21 de fevereiro de 2013, considerando-se exonerado do lugar anterior a partir da mesma data. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de abril de 2013. — O Chefe da Divisão de Recursos Humanos, *Antero Barbosa Pinto*.

206900011

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

Reitoria

Despacho n.º 5398/2013

Nos termos do artigo 32.º dos Estatutos da UTL, aprovados pelo despacho normativo n.º 57/2008, de 28 de outubro de 2008, publicados no *Diário da República*, 2.ª série n.º 216, de 6 de novembro de 2008, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, nos do artigo 50.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, e da alínea *b*) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 6.º do Regulamento Geral de Concursos para Recrutamento de Professores Catedráticos, Associados e Auxiliares da Universidade Técnica de Lisboa, constante do Despacho

n.º 10908/2010, de 17 de junho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 126, de 1 de julho de 2010, alterado pelo Despacho 13071/2010, de 4 de agosto de 2010, publicado no *Diário da República* n.º 156, de 12 de agosto, delegeo no Professor Catedrático Doutor João Luís Correia Duque, Presidente do Instituto Superior de Economia e Gestão, as competências para presidir aos júris de concurso para recrutamento na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, de:

1 lugar de Professor Catedrático, do Departamento de Gestão, na área disciplinar de Finanças do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, aberto pelo Edital n.º 362/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 72, de 12 de abril;

1 lugar de Professor Associado, do Departamento de Gestão, na área disciplinar de Sistemas de Informação e Gestão de Operações do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, aberto pelo Edital n.º 363/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 72, de 12 de abril;

1 lugar de Professor Catedrático, do Departamento de Ciências Sociais, na área disciplinar de Sociologia do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, aberto pelo Edital n.º 364/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 72, de 12 de abril.

15 de abril de 2013. — O Reitor, *António da Cruz Serra*.

206897705

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Aviso (extrato) n.º 5415/2013

Nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 54.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2013 e após a anuência conferida por despacho de 25 de março de 2013, do Diretor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, foi prorrogada a situação de Mobilidade Interna, até 31 de dezembro de 2013, da Doutora Maria Cristina Montalvão Marques Sarmiento, a exercer funções docentes no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, na categoria de Professora Auxiliar em regime de dedicação exclusiva, sendo remunerada pelo escalão 1, índice 195 da tabela remuneratória aplicável aos docentes universitários, com efeitos a 1 de abril de 2013.

4 de abril de 2013. — O Presidente, *Professor Catedrático Manuel Meirinho*.

206897187

Instituto Superior de Economia e Gestão

Declaração de retificação n.º 506/2013

Por ter sido publicado com inexatidão o edital n.º 362/2013 no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 72, de 12 de abril de 2013, novamente se manda publicar. Onde se lê, na alínea *b*) do ponto iv, «Ser titular do grau de doutor na área de Finanças atribuído há mais de cinco anos» deve ler-se «Ser titular do grau de doutor nas áreas das Ciências Atuariais ou de Matemática Aplicada à Economia e Gestão atribuído há mais de cinco anos».

15 de abril de 2013. — O Presidente, *João Luís Correia Duque*.

206894821

Instituto Superior Técnico

Despacho (extrato) n.º 5399/2013

Tendo presente que os Serviços deste Instituto, sediados no campus de Loures, realizam exames e outros serviços de rotina com base em contratos de adesão determino, com base no disposto nas alíneas *m*) e *u*) do n.º 4 do artigo 13 dos Estatutos do Instituto Superior Técnico:

1 — O Vice-Presidente para a Gestão do Campus de Loures, Professor Doutor Carlos António Abreu Fonseca Varandas, no exercício de poderes agora nele delegados, aprovará as minutas de contratos de adesão, que também subscreverá em representação deste Instituto, respeitantes à realização dos exames e serviços de rotina realizados pelos Serviços do extinto Instituto Tecnológico e Nuclear, IP, integrados no IST por força do disposto no Decreto-Lei n.º 29/2012, de 9 de fevereiro.

2 — Cabe ao Professor Doutor Carlos António Abreu Fonseca Varandas fixar os preços desses serviços de rotina, tendo em conta os seus custos diretos e indiretos.

3 — Ratifico, ao abrigo do disposto no n.º 3 do art. 137 do CPA, todos os atos praticados pelo Professor Doutor Carlos António Abreu Fonseca